



ATA ORDINÁRIA Nº 2816/2019

1
2 Aos três dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta
3 minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para
4 reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA
5 do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de
6 reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário
7 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos
8 **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:** José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),
9 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB;** Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa**
10 **Pública de Transporte e Circulação – EPTC;** Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do**
11 **Prefeito – GP;** Fernanda Garcia Hochwart (Titular) e Maurício Henrique Castro de Oliveira
12 (2º Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional -**
13 **METROPLAN;** Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª
14 Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS;**
15 **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e**
16 **Mobilidade Urbana – SMIM;** e **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal**
17 **de Relações Institucionais – SMRI.** **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Livia
18 **Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**
19 **UFRGS;** Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia**
20 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS;** Claudete Aires Si, mas (Titular), **Acesso Cidadania e**
21 **Direitos Humanos - ACESSO CDH;** Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense**
22 **dos Escritórios de Arquitetura - AREA;** Emílio Merino Dominguez (2º Suplente),
23 **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS;** Rafael Pavan dos Passos (2º
24 Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS;** Hermes de Assis Puricelli (Titular),
25 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS;** Fernando
26 **Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**
27 **SENGE/RS;** Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção**
28 **Civil – SINDUSCON;** e **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio**
29 **Grande do Sul - SOCECON/RS.** **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto
30 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1;** Adroaldo
31 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2;** Tânia
32 **Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4;** Paulo
33 **Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5;**
34 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de**
35 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6;** Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira
36 **Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7;** Paulo
37 **Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP.**
38 **8;** e **Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
39 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.** **SECRETARIA EXECUTIVA:**
40 **Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS;**
41 **Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos.** **PAUTA: 1. Abertura;**
42 **2. Votação da Ata 2813/2019; 3. Apresentação do Plano Diretor; 4. Ordem do Dia; 5.**
43 **Comunicações.** Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos
44 trabalhos às 18h05min. **1. ABERTURA.** **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
45 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Boa noite, senhores
46 **conselheiros. Vamos pedir um pouquinho de atenção aqui. Está movimentado o nosso**
47 **Conselho. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**



48 Boa noite, Secretário, senhoras e senhores. Estou solicitando a inversão de pauta por dois
49 motivos, todos relevantes. O primeiro em relação à Lei Consorciada Lomba do Pinheiro e o
50 segundo, que o Felisberto, da RGP. 01, juntamente com a RGP. 04, por situação da RGP.
51 04, estamos trazendo aqui sobre a questão da desocupação na Bom Jesus. **Germano**
52 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
53 **SMAMS:** Obrigada, Conselheira Maristela. A gente lembra que aqui na sequência a gente
54 tem hoje, conforme ajustado com os conselheiros uma apresentação do plano de trabalho
55 do Plano Diretor. Nós tínhamos dois relatos na pauta, eu acho que os outros ainda estão
56 em período de vista e diligência. A gente teria dois relatos, acho que seria bem rápida a
57 pauta. Vamos tentar ser bem objetivos para a gente vencer na sequência a pauta. A gente
58 coloca sim em votação a inversão para Comunicação. Eu acho que talvez o mais complexo
59 seja a apresentação do Plano Diretor, que está na sequência. Então, a gente coloca em
60 votação a inversão da pauta. Favoráveis à inversão da pauta. (Contagem de votos = 13
61 votos). Contrários à inversão da pauta? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções?
62 (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.**
63 Vamos votar a Ata nº 2813/2019. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2813/2019.** Votos favoráveis à
64 aprovação da ata? (Contagem de votos = 20 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00
65 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A ATA**
66 **2813/2019. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
67 **RGP. 1:** Não é bem uma Questão de Ordem, mas apenas pedir que seja incluído na pauta
68 hoje que o Fórum dos Conselhos, que se reúne todas as terças-feiras na Casa dos
69 Conselhos, está pedindo para que a gente substitua o antigo Conselheiro que
70 representava o CMDUA no Fórum dos Conselhos. Então, seria importante a gente fazer
71 uma eleição hoje, porque estão na pauta assuntos muito importantes relacionados aos
72 conselhos. Então, o CMDUA está sem representante lá. Era o Gomes e eu não sei quem
73 era o suplente. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
74 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheiro. A gente traz para a
75 pauta, mas da próxima reunião, necessariamente, a gente tem que compartilhar
76 antecipadamente para os demais. Então, na próxima a gente faz a deliberação, a Dra.
77 Gabrielle encaminha aqui. Em aprovada a ata a gente abre para o período de
78 comunicações. Se houver algum escrito da comunidade a gente abre tempo para inscrição
79 e para que não seja assim a inscrição a todo instante. Então, a gente dá oportunidade de
80 quem queira se inscrever nesse momento e depois encerra a inscrição. O microfone está
81 aberto para os demais conselheiros. **5. COMUNICAÇÕES. Maristela Maffei (Titular),**
82 **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Posso iniciar, Secretário? Como
83 todos os senhores e as senhoras sabem, nós tivemos anos de construção de um projeto,
84 que foi o primeiro do Brasil: Lei Consorciada Lomba do Pinheiro. Foi onde nós envolvemos
85 todos os colégios, a Universidade Federal, o IAB, a antiga SPM, a Prefeitura Municipal e
86 toda a sociedade. O que nós estamos vivendo hoje? Um grande golpe, Secretário,
87 articulado por gente rasteira, sorradeira. Eu só lamento que não poder ter sido de outra
88 forma, mas já que querem desse jeito. Está na Câmara de Vereadores a revogação desta
89 lei, articulado por um *lobby* de empresários desta cidade, por outros interesses que nós
90 nem dissemos que éramos contra: os empreendimentos da nossa região. Fizeram ao
91 contrário, foram lá na nossa comunidade, apresentaram um projeto sem o conhecimento
92 do Plano Diretor da região, com lideranças de lá para nos dividirem. Agora está na Câmara
93 de Vereadores um projeto de lei pedindo a revogação, o fim, não é para modificar, é a
94 revogação, que foi encaminhado pelo ex-vereador cassado Tessaro o relator é o Vereador
95 Valter Nagelstein. Então, quero dizer que estou trazendo aqui, nós vamos tomar as devidas



96 providências, é claro. Nós nunca dissemos que éramos contra aquele projeto da Cidade
97 Nova da Lomba do Pinheiro, mas nós estamos tendo um golpe baixo, triste para a
98 cidadania desta cidade, daquela região e dos técnicos desta prefeitura. Então, Secretário,
99 estou trazendo ao conhecimento dos senhores. Nós vamos tomar as nossas devidas
100 providências, porque não é justo o que faz, nós somos eleitos na região, nós estamos
101 sendo desrespeitados. E isso não é qualquer coisa, é muito sério, é muito grave! E eu
102 espero que os senhores compreendam a gravidade do que está acontecendo. Hoje era
103 isso, Secretário, mas nós voltaremos. Obrigada pelo espaço. (Aplausos). **Tânia Maria dos**
104 **Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de
105 fazer um comunicado a todos os colegas. Eu fiz uma cópia do que foi escrito aqui, é um
106 relato do que está acontecendo na Comunidade Vila Matos Sampaio, no Bairro Bom
107 Jesus. Eu vou fazer uma leitura. (Leitura de manifesto divulgado). (Aplausos). Então,
108 assim, nós estivemos ontem na Câmara de Vereadores, pela manhã a RBS foi lá fazer
109 uma matéria, uma matéria até bem interessante. À tarde nós fomos com a Comissão de
110 Moradores na Câmara dos Vereadores cobrar apoio em defesa de suas moradias. A
111 Comissão dos Moradores se reuniu a fim de um para os documentos para subsidiar o
112 pedido de suspensão da ordem de despejo. Recebemos também a notícia da Deputada
113 Sofia Cavedon, que apresentou um pedido à Comissão de Direitos Humanos da
114 Assembleia Legislativa para suspensão da ação de ordem de despejo. A comissão acolher
115 o pedido da deputada. E nós estamos aqui com o documento que gostaríamos de
116 protocolar aqui neste Conselho: “Os vereadores abaixo subscritos apresentam os nossos
117 dignos pares do projeto de lei, com vista à demarcação urbanística dos terrenos da
118 comunidade Vila Pinto e Bom Jesus”. Aqui nós temos o apoio de alguns vereadores: o
119 Vereador Comasseto, o Doutor Goulart Presidente da CUTHAB, o Vereador Airtton
120 Ferronato, a Vereadora Karen Souza, o Vereador Marcelo Sgarbosa, o Vereador André
121 Carlos Presidente da COSMAM, o Vereador Roberto Robaina, o Vereador Valter
122 Nagelstein. São todos a favor que seja protocolado esse projeto de lei complementar
123 juntamente aqui no Conselho, para que seja efetivada essa demarcação do território ali da
124 Bom Jesus. Então, eu vou entregar esse documento aqui para que o Secretário dê o
125 encaminhamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
126 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheira Tânia. Obrigado! A
127 gente tem aqui já uma cópia, só não está assinado, se tu quiseres encaminhar e registra
128 aqui, encaminhado para os órgãos competentes. Então, da comunidade o Solon, a gente
129 abre para comunidade aproveitando a pauta inserida. São 05 minutos. Perdão, perdão, me
130 lembra o Conselheiro o Paulo Jorge, com razão, que antes da fala a gente coloca em
131 votação se favorável à fala ou não. Favoráveis à fala do representante da comunidade, por
132 favor. **APROVADO.** Então, por favor, Solon. **Solon, Comunidade Vila Matos Sampaio,**
133 **Bairro Bom Jesus:** Boa noite a todos. Meu nome é Solon. Eu sou morador da
134 comunidade há 30 anos, faço parte agora da comissão que se montou por causa desse
135 ato um pouco desumano, né. E eu queria contar uma história de que quando eu tinha 7, 8
136 anos, eu lembro até hoje que os seguranças da ULBRA foram lá e desmancharam a
137 casinha que a gente havia feito para brincar. Então, logo que nós chegamos ali aquele
138 terreno não era da ULBRA. Eu não sei o que foi feito, como foi feito que acabou sendo da
139 prefeitura agora. Então, assim, eu tenho meu pai deficiente, ele é cadeirante e eu sustento
140 ele, dou almoço, café da manhã, café da tarde e janta. Ele não tem nenhum benefício que
141 possa vir receber, porque ele nunca contribuiu e isso foi negado. Então, ele não recebe
142 nada, eu sustento ele. Eu tenho filhos morando junto comigo. Eu demorei 15 anos para
143 levantar a casa que eu moro hoje, 15 anos! E dentro desses 15 anos eu trabalhei por 02



144 anos para construir aquelas torres que agora estão olhando lá de cima para derrubar
145 minha casa. Enquanto chovia chuva de canivete eu estava lá em cima da laje batendo o
146 martelo para levantar a casa deles, quando tinha sol de rachar eu tava lá em cima da laje
147 batendo o martelo para levantar o teto deles, onde agora eles querem derrubar o meu. Eu
148 acho assim, eu não entendo que parte da sociedade que vai entender que isso é correto,
149 né, porque nós moramos ali mais de 30 anos. Quando eu fui morar ali a minha casa era na
150 beira de um valão, perto do muro da CEEE, que agora é Renner, mal passava uma carroça
151 naquela parte ali, onde nós moradores fomos aterrando aos poucos. Depois veio uma
152 frente, que eu não me lembro muito bem de onde era, que aí botou a encanação e aterrou
153 aquela parte lá. Então, nunca ninguém deu bola para a gente, eu não entendo porque
154 agora estão querendo nos tirar de lá se a gente está lá. Eu tenho a minha vida lá, eu tenho
155 três filhos, eu tenho um filho de um ano, um de 06 e uma filha de 14 anos, ainda tenho o
156 meu pai e é só eu que trabalho. Isso é a minha história dentre outros 56 que vão sair
157 agora, tem muitas outras histórias. Então, não é justo para a gente que batalhou uma vida
158 inteira agora do nada derrubarem nossas casas sem ter direito a nada. Dão direito só de
159 um ônibus e um caminhão para a gente tirar as coisas de dentro de casa. A gente entende
160 que realmente quem tem dinheiro hoje em dia faz o que quer, né, mas esse é o meu
161 depoimento que eu queria que todos soubessem uma das batalhas de um morador, mas
162 entre outros tem muitos outros sofridos ainda. Muito obrigado! (Aplausos). **Germano**
163 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
164 **SMAMS:** Obrigado, Solon, pelas palavras sinceras. Sem dúvida este Conselho se
165 solidariza com tua luta, as dificuldades, tomara que a gente consiga enfrentar e superar,
166 enfim, avançar nessa briga para resolver esse problema. Na sequência a gente tem
167 Conselheiro Hermes inscrito na ordem aqui. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
168 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu
169 pedi a palavra primeiro para me solidarizar com a fala da Maristela. É preocupante esse
170 projeto de lei que apareceu assim de repente e que revoga a Operação Urbana Lomba do
171 Pinheiro. Eu soube também através da nossa representante indicada pelo SAERGS, a
172 arquiteta que é uma das pessoas iniciou o processo da Lomba. Toda criação que culminou
173 com a operação e mais uma vez a gente vê um processo desvirtuado. Alguém por
174 interesses econômicos, interesses pesados, econômicos, apresenta um projeto de
175 repente, faz um lobby com os vereadores, faz um lobby com a comunidade, inclusive,
176 enganando e dividindo a comunidade. Provavelmente, eu receio, tomara que não, mas o
177 processo vai ser aprovado. Não é o fato de ser um trabalho de muitos anos, mas é uma
178 evolução da gestão da cidade, os países mais desenvolvidos têm esse tipo de operação. E
179 aqui eu estava conversando antes com alguns conselheiros que argumentaram que tinha
180 problemas nas avaliações dos imóveis, etc., etc.; que eu até acredito que seja verdade e
181 com certeza é verdade. A questão é corrigir esses desmandos ou erros que tem no
182 processo e não vogar o projeto de lei. Por outro lado, o governo atual faz todo um discurso
183 em relação à operação urbana, que poderá acontecer no 4º Distrito, que é a mesma coisa.
184 Então, quem está defendendo a operação urbana do 4º Distrito está se iludindo, está
185 sendo iludido, porque a operação urbana significa isso, são questões que a lei prevê de
186 usar o regime urbanístico de um jeito ou usa do outro, onerando os processos. Vai ao
187 encontro ou vai de encontro aos interesses das grandes empresas. Para emendar as
188 grandes empresas que mandam nesta cidade. Foi dito aí, até parabenizo o Solon, tu
189 falaste muito bem, muito claro e muito objetivo, dá para entender. Secretário, eu acho que
190 quando vem alguém aqui e a gente diz que o Conselho se solidariza, não pode ser só um
191 “se solidariza” do “desculpa”, assim, dá um tapinha nas costas. A forma de solidarizar é



192 votar contra, é não aprovar esses processos. Eu não sei se esses processos passaram
193 aqui no Conselho, se deveriam passar, se não passaram... (Manifestação fora do
194 microfone). Tudo bem, mas eu acho que nós temos que mostrar na prática essa
195 solidariedade e não dizer que “nós nos solidarizamos”, mas nós somos governo e vão fazer
196 exatamente o contrário e ferrar vocês! Isso não serve. Falam tanto em política nova, nós
197 temos que mudar essa “política do tapinha”, de dizer que se solidariza e no fundo estão
198 ferrando a população, porque é isso que nós estamos fazendo atualmente, que a cidade
199 está fazendo! A gente não tem uma reunião que não dê uma discussão, porque alguma
200 comunidade está sendo ferrada! Desculpe o termo, mas é este o que melhor se adequa.
201 Para encerrar, Secretário, eu gostaria de dizer também que embora pareça que tem uma
202 discussão até ideológica aqui, como já foi feito, mas eu gostaria de registrar que as
203 pessoas que não entendem porque a gente defende esses projetos que vão ao encontro
204 da população mais necessitada e de baixa renda. Elas não conseguem entender que todo
205 esse processo de divisão da sociedade, os assaltos da esquina, essa insegurança, tudo
206 que está acontecendo é porque cada vez as elites no Brasil inteiro e aqui em Porto Alegre
207 estão botando a população, a classe média, a classe baixa barranco abaixo! Então, no
208 processo de marginalização o que tu fazes? Tu partes para a ignorância, que é quase o
209 que eu estou fazendo aqui, porque é um processo permanente de marginalização das
210 populações mais pobres. E daí vem o seu Internacional aqui e ganha um benefício de mais
211 de R\$ 100 milhões, no mínimo que eles vão ganhar, na marra assim, em um ano pré-
212 eleitoral. Isso eu digo, vão fazer uma lei em um ano pré-eleitoral, um benefício por fora de
213 mais de R\$ 100 milhões! Tem-se notícia que o Grêmio está pedindo R\$ 100 milhões por
214 aquele pedacinho de terra lá que eles ocupam para devolver para a prefeitura. O CT do
215 Grêmio. O Internacional, aquele projeto ali, o direito que eles vão adquirir é
216 incomensurável. (Sinalização de tempo esgotado). Então, vocês têm que saber que o
217 Internacional vai ganhar mais de R\$ 100 milhões e enquanto que vocês vão levar um
218 chute! É isto, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
219 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. É importante
220 ressaltar da competência deste Conselho, estabelecida no Plano Diretor da cidade,
221 enquanto órgão integrante da gestão da política urbana. Tem que estar, naturalmente,
222 atento às suas competências e dentro das suas competências atuar para garantir sim o
223 acesso à vida digna, à terra, à comunidade dentro da sua margem de competência.
224 Enquanto eu estiver aqui a gente, sem dúvida, vai lutar de uma forma muito serena e
225 sincera para que esses princípios sejam garantidos, inclusive, na revisão do Plano Diretor.
226 Na ordem de inscitos o Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular),
227 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a
228 todos. Eu acho que a forma pode ser serena e sincera, mas o que a gente tem visto aqui é:
229 eu pego e crio um bairro de 40 mil habitantes ao lado de onde estava a comunidade ou o
230 representante da comunidade aqui no Conselho, a comunidade estava sentada ali, toda
231 contra o projeto que aqui foi aprovado. Isso não faz seis anos, isso foi agora, recente, foi
232 este Conselho, foram estes conselheiros aqui que votaram isso. Então, sereno e sincero
233 podemos ser todos, mas na hora que a gente está votando a gente está prejudicando
234 pessoas, a gente está piorando esta cidade. O colega do SINDUSCON não está aqui, mas
235 o Koren é um que, constantemente, diz que esta cidade cada vez está ficando pior. É
236 lógico que nós vamos disputar a versão do porquê está ficando pior, mas nós dois
237 concordamos nisso. Aqui, para que os conselheiros das comunidades sabendo, há poucos
238 meses nós votamos um projeto do aeroporto, estava a comunidade sentada aí também
239 contra o projeto, o Conselheiro que está aqui sentado contra o projeto, mas o Conselho



240 votou a favor do projeto, levando para lá no projeto megamilionário, de trilhões de reais
241 para atender o interesse da iniciativa privada, das empresas da construção civil. Isto este
242 Conselho votou, isto este Conselho tem que assumir. Então, isso a gente quer discutir no
243 Plano Diretor, por que uma rua que corta um clube que existe há 500 anos em Porto
244 Alegre, a Câmara votou ontem, nós aqui estamos atrasados, nós estamos aqui pedindo
245 vista para o processo para ver se a gente consegue tirar aquela rua do meio do Clube do
246 Professor Gaúcho. A Câmara já passou na nossa frente, este Conselho está legislando
247 sobre o quê? Então, realmente, queremos rever esse Plano Diretor e dizer qual é o nosso
248 papel, como é que a gente consegue um Plano Diretor, um Conselho do Plano Diretor que
249 realmente represente os interesses da população e não apenas os interesses de um
250 segmento da população. Está sendo votado aqui, constantemente, é sempre um único
251 interesse, está sendo vencedor, é só pegar processo por processo, não é difícil pegar
252 todos os processos, nenhum processo foi barrado aqui! Aliás, foi um que não era de um
253 grande interesse financeiro, um pequenininho que foi barrado aqui. Então, é isso que a
254 gente está votando. Para terminar a minha intervenção, pediria à colega da EPTC, da
255 minha parte de morador de Porto Alegre, eu não sei onde que a EPTC anda de manhã e
256 de tarde no nosso Centro. A SMOV, que eu não sei se chama SMOV mais, está fazendo
257 uma obra na Loureiro da Silva. Eu estou há duas semanas indo para a UFRGS e não vejo
258 um azulzinho da EPTC para regular o trânsito, o engarrafamento. A obra agora está lá
259 embaixo do viaduto, ali na UFRGS, o engarrafamento está aqui na Praia de Belas, são
260 cinco quadras engarrafamento, a gente passa cinco quadras. Isto há duas semanas, eu
261 deveria ter falado na semana passada, poderia até ter telefonado, buscado algum socorro
262 antes. É a empreiteira que determina como é que o trânsito vai funcionar, porque não tem
263 ninguém da EPTC, ela vai lá e Poe os cones de manhã cedo, ainda tem esse negócio,
264 provavelmente pelo barulho não pode funcionar de noite, mas no horário de pico é como
265 está há duas semanas. E deixar por último, já falei semana passada, o convite para
266 segunda-feira, lá na sede da ABES, na Mauá, o debate sobre a questão do Plano Diretor e
267 a questão ambiental, onde vai estar o nosso conselheiro do IAB para fazer a sua
268 apresentação, o Rafael Passos. Então, dia 09, segunda-feira, às 5 horas da tarde. Eu vou
269 passar por Whatsapp, para não esquecerem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
270 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro
271 Campani. No direito da sua manifestação, este Conselho, naturalmente, tenho que
272 ressaltar, é um conselho democrático, a gente tem uma participação isonômica dos mais
273 diversos segmentos da sociedade, tanto entidade quanto eleição dos fóruns. Então, é da
274 democracia, a gente tem que respeitar e todos os processos que são submetidos têm um
275 amplo debate, muitas vezes caloroso o debate, os mais diversos segmentos da sociedade
276 se manifestam e representam. Após essa discussão eles são votados e a votação,
277 naturalmente, também tem que ser respeitada. Na ordem dos inscritos a gente tem o
278 Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
279 **Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa tarde a todos e a todas. É interessante como
280 este Conselho é o último a saber das coisas que acontecem. E me admira que no
281 processo do Professor Gaúcho, do EVU, a própria secretaria a qual o processo está
282 dirigido não orienta a quem pede a regularização dos seus imóveis o desgravame. E aí um
283 vereador muito atento, articulado pelos professores, entrou com projeto de lei e aprovou
284 ontem na Câmara, por unanimidade, 34. Era tão simples! Era tão simples! Bastaria alguém
285 das secretarias dizer: “Peçam o desgravame”; que é um direito que eles têm. Tantos
286 projetos passam aqui de desgravame. Então, é isso, nós temos um papel importante neste
287 Conselho. Germano Presidente deste Conselho, antes de ser Secretário o senhor é



288 presidente de um conselho, honre o cargo que o senhor ocupa! Neste Conselho aqui a
289 maioria é eleita, nós passamos por um processo eleitoral, nós não estamos aqui sem
290 representação, estamos representando os segmentos que nos colocaram aqui, para
291 defender a cidade. A cidade tem disputa e nós vamos disputar a cidade, que é
292 democrático. Eu acho que a Câmara de Vereadores tem que começar a se controlar, Porto
293 Alegre não é um negócio. Eu negocio por eventual eleição no futuro? Se quiserem me
294 processar, podem me processar, não tem nenhum problema, mas o que está acontecendo
295 nesta cidade são interesses, venda do seu cargo, negociata de cargo. Não pode! Ou nós
296 queremos mudar a política, ou queremos mudar a cidade, ou não mudamos, vamos
297 continuar sempre no jogo de interesses, como já dizia o saudoso Leonel Brizola. Então, a
298 cidade tem que atender os interesses de todos e não de quem tem o poder econômico.
299 Como é que pode uma comunidade que está há 60 anos em um bairro ser excluída e
300 passar por este Conselho? Olha, eu ia dizer um nome aqui, mas me controlei um pouco. O
301 que estavam fazendo aqui que deixaram passar a expulsão das famílias lá? Como é que
302 passa neste Conselho? Como é que nenhum conselheiro pede vista? E aí vai! Que
303 interesses vêm defender aqui? Contrapartida? Mitigação? Ou como dizia a Rainha Maria
304 Antonieta: “Dê o brioche para o povo”, na Revolução Francesa. Então, nós não queremos
305 migalhas, nós queremos o direito à cidade, que está no estatuto da cidade, é respeitar a
306 Constituição. Tem um senador que tem a petulância de quer tirar a função social da
307 propriedade, ele não vai tirar! A função social da propriedade é um direito que tem que ser
308 respeitado. Nós estamos em um momento que ou se muda, ou vai haver uma revolução.
309 As pessoas não vão aguentar, estão brincando com a população, aí acham que a Guarda
310 vai segurar, não vai segurar! Isso é um alerta, que os sociólogos, os antropólogos podem
311 fazer um estudo. Há toda uma reação, ou pela criminalidade, ou pela violência.
312 (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando. E por último, como que uma
313 operação não passa, uma lei que altera uma lei aprovada no Plano Diretor, não passa por
314 este Conselho e dois vereadores se atribuem ao direito de mudar, sem uma discussão
315 com a região, com o Conselho e com a cidade? Então, é isso. É de estarrecer, para dizer o
316 mínimo. Era isso. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
317 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O Secretário diz assim, que nós temos que observar
318 as nossas competências, né. Parece que a gente esquece que a nossas competências
319 aqui não são apenas votar projetos. Em um dos incisos diz assim: “Receber e
320 encaminhar”. Então, nós temos que dar uma solução para as demandas que vêm da
321 sociedade. E a Tânia está trazendo um problema da região dela, que não cabe só a nós
322 nos solidarizarmos, como diz o Hermes, nós temos que fazer um encaminhamento. A
323 Acesso e Cidadania teve contato com as famílias e com as procuradoras da área, e aí
324 alguns podem dizer assim: “Ah, isso é uma questão judicial e não há o que possa ser
325 feito”. Mentira! Mentira por quê? Porque existem procedimentos administrativos, dentre
326 eles a regularização fundiária daquela área, que pode ser tomada, deve, não só pode,
327 deve ser tomada pela Prefeitura. O que isso tem a ver com o CMDUA? Eu conversei com
328 as famílias e verifiquei, na verdade, foi um projeto do empreendimento do Rossi Parque,
329 Central Park, onde foi feito o parcelamento da área e onde o município recebeu, na
330 verdade, como doação para uma praça ou para uma escola uma área que já estava
331 ocupada por famílias. Ou seja, ele recebeu uma área que não era mais nem do
332 empreendedor que estava cedendo, porque o direito subjetivo, embora não tivesse sido
333 legalmente reconhecido, já era dessas famílias. Não só isso, este Conselho ou a
334 Secretaria de Licenciamento fez um termo de compromisso, e diz lá no termo de
335 compromisso que cabia a quem? Que cabia às construtoras entregarem essa praça livre e



336 desembrada. Quem está fazendo a reintegração de posse agora? Ou seja, é termo de
337 compromisso para não ser cumprido. Aí eu me lembro, Germano, quando tu vieste fazer
338 aquela exposição dos termos de compromisso e até, então, nós continuamos esperando
339 para saber o levantamento de quais termos e o posicionamento de cada um deles, onde
340 eles estão sendo cumpridos ou não estão sendo cumpridos. Então, eu acho que nós temos
341 sim não só que nos solidarizarmos, mas verificar o encaminhamento. A legislação recente
342 da regularização fundiária diz que eles podem ter lá naquela área legitimação fundiária,
343 podem, inclusive, ter por usucapião. Por quê? Porque se a posse deles era interior a do
344 município eu posso usucapir. (Aplausos). Quando o município se tornou, na verdade, o
345 proprietário registral desta área já existiam famílias lá e isso não pode ser ignorado aqui. E
346 não é o primeiro caso que passa e que é ignorado, a gente finge que as coisas se dão só
347 em uma linha no mapa e esquece a vida que tem lá fora. **Germano Bremm, Presidente e**
348 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
349 Conselheira Claudete. Muito bem representa o Acesso neste Conselho, faz uma
350 manifestação bastante significativa, importante. Na ordem dos inscritos a gente tem o
351 Conselheiro Paulo Jorge. De fato, aqui comentando o encaminhamento, a gente recebeu o
352 manifesto da comunidade por meio da Conselheira Tânia e iremos encaminhar para os
353 órgãos competentes. Então, eu passo a palavra ao Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge**
354 **Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa
355 tarde, conselheiros. Boa tarde, pessoal da comunidade presente. Eu estou neste Conselho
356 desde 2014, já aprovamos muitos projetos, desaprovamos muitos projetos. A briga é o que
357 eu sempre coloquei, mas o Conselho tem um papel diferenciado. Outros conselheiros vêm
358 para cá com (Inaudível) empresarial, de acordo com as empresas. Assim funciona o
359 Conselho, assim caminha a humanidade. Aqui dentro cada um defende seus segmentos e
360 a comunidade de Porto Alegre continua a mesma coisa, não muda nada. Eu estou com 68
361 anos, moro na Região da Cruzeiro há 64 anos, lá era uma área do INSS, meu pai
362 trabalhava no INSS. Depois passou a ditadura, o Estado passou para o município, o
363 município assumiu, mas sumiu só nas coxas, porque não tinha documento e agora está
364 vendo que a área lá é do INSS. E assim na política, os caras mudam e os moradores não
365 ficam sabendo. Eu dizia para a minha família muitas vezes, eu tenho que ter um médico
366 para quando eu adoecer, para defender a minha doença. Eu tenho que ter aqui dentro o
367 advogado para quando precisar ter meus direitos e tem que ter uma filha para me cuidar
368 quando eu ficar mais velho. Não começou agora essa bronca da Bom Jesus. Eu me
369 lembro em 2000, estive o Lula lá em cima fazendo a praça, bonita a Bom Jesus para
370 receber o Presidente, estive lá em cima, cheio de guarda e policial. O Tarso Genro esteve
371 lá também, o Ministro da Justiça também esteve lá junto. Lindo o projeto! Era para legalizar
372 essa praça e os moradores junto, até tinha um campo lá atrás. Governo popular, não sou
373 contra, mas tinha que ter resolvido aquele problema lá, porque estive lá em cima o
374 Presidente. Fizeram festa, a comunidade fez festa, acabou em quê? Em linguça! O que
375 acontece? A comunidade também não se organiza, porque são pessoas analfabetas, que
376 eu digo, para nós fazermos faculdade não tem condições, aí tem que mudar também a
377 educação, para ter acesso a muitas coisas na comunidade, um curso lá dentro o governo
378 também não faz. Tu não consegues ter infraestrutura, não é engenheiro, não é advogado,
379 não é arquiteto, é morador. Aí quer o quê? Agora, tem uma Câmara de Vereadores que
380 também estão mancomunados com muitas coisas ali dentro, porque muitas vezes são tudo
381 assalariados, também não defende as leis. Tem vereador que deveria fazer lei lá dentro,
382 mas não vão para a comunidade. Então, o que quero dizer para vocês da comunidade,
383 vocês acham que a Tronco vai ser legalizada? Nunca vai ser! Daqui a pouco é um ponta



384 pé na bunda. É só ter o interesse de um grandão que vai acontecer. E nenhum diretor tem
385 coragem, o DEMHAB, de fazer um projeto social, nem o prefeito, nem vai ser o Marchezan,
386 nem vai ser o Olívio, nem vai ser outros prefeitos, não vão fazer. Já podiam ter feito.
387 Chega um ponto que tu estás lá em cima da terra há 50 anos, aí vem o safado de um juiz,
388 muda a lei e a população, pé na bunda. (Sinalização de tempo esgotado). Esse pessoal vai
389 morar onde? Agora, tem a bancada da direita, da esquerda, só que a direita é a direita, a
390 esquerda é a esquerda. E tem um pessoal da esquerda que está mancomunado com
391 muita coisa junto. Se o pobre falar demais, ah, meu querido... Eu vou mandar um whats
392 para o prefeito, para vereadores. Pessoal da Bonja, tinha uma época, a união de vilas...
393 (Sinalização de tempo esgotado). Nós íamos á luta, todo mundo junto de Porto Alegre, se
394 unia toda a comunidade, mas hoje não tem mais isso aí. Então, precisa voltar a regra da
395 população, voltar a lutar com o conselho popular, que era a UAMPA. Obrigado pessoal.
396 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
397 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Temos o último inscrito,
398 o Conselheiro Rafael da IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**
399 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Muito rapidamente sobre a questão da operação, porque
400 eu quero me ater, e aí eu não vou ser muito breve, sobre a questão da Bom Jesus. Sobre
401 a operação da Lomba, é de lamentar que anos de trabalho sério e competente, foi a
402 Lomba do Futuro, eu pude acompanhar, fui estagiário no urbanizador social, que foi outro
403 projeto que também empenhou esforços de pessoas muito competentes e com ampla
404 experiência, que não estão mais trabalhando. Foram dois projetos abandonados de certa
405 forma, mas que tiveram esse fruto aí, que é a operação urbana, que agora se pretende
406 passar uma régua pelo interesse de um único empreendedor. A gente está às vésperas de
407 uma revisão de plano e o que eu mais digo cada revisão de plano e em outras
408 oportunidades, que é muito difícil avaliar um plano se a gente não cumpre ele. E o caso do
409 nosso Plano Diretor e da Operação Urbana da Lomba são dois casos tal qual. Se a gente
410 não tem gestão e se a gente não cumpre o plano, como avaliar, e pior, responsabilizar o
411 plano pela cidade que nós temos. Não existe, é responsabilidade da gestão ou não gestão,
412 para não dizer má gestão. Eu vou para a questão da Bom Jesus e vou ali no quadro, por
413 que desenhar vale mais que mil palavras. Até agora se falou do direito, das lutas, mas eu
414 queria trazer um pouco de urbanismo já que às vezes a gente passa tão ao largo. Aqui a
415 Bom Jesus, tem a Protásio lá em cima, aqui é a Ipiranga, aqui aquele loteamento, não
416 cidade, diga-se de passagem, passou pelo CMDUA. Eu fico me perguntando como é que
417 se aprova algo daqueles. Se a gente pegar todas as diretrizes e olhar as diretrizes do
418 nosso Plano Diretor, ela afronta mais da metade. Cadê a cidade caminhável ou a
419 prioridade ao pedestre, que está lá? Em 99 a gente já falava da prioridade ao pedestre.
420 Querem falar em cidade caminhável? É outro nome para a mesma coisa. Querem falar em
421 cidade miscigenada? Um loteamento que passou por aqui, o CMDUA aprovou. Quer dizer,
422 se o servidor não pode por força de ofício, olhar para as diretrizes e falar assim: “Não
423 posso aprovar porque afronta tais e tais diretrizes”, este é o espaço para dizer que por
424 mais que a lei de ocupação permita, isso afronta as diretrizes do plano e nós devemos
425 dizer “não”, mas foi dito “sim”. Não tem a cidade miscigenada, é só residencial, para sair ali
426 para comprar um pãozinho o sujeito tem que sair de carro. Outro dia eu conversava com
427 um colega arquiteto e fiz essa crítica, ele disse: “Mas o que tu querias, queria comércio na
428 rua ali? Olha o perigo que é!” E aí nós vamos por essa questão aqui, aí aqui foi gravada
429 uma praça, uma rua, uma escola que já existia e aqui outra praça, aqui está a diretriz
430 prevista lá, que vai emendar com esta aqui, uma parte já está executada e tem isso aqui.
431 Essa é a situação que nós temos hoje. Estamos falando disso aqui, mas já tem uma praça.



432 O Território da Paz, financiado pela Caixa Econômica Federal, doação. Aqui existe uma
433 escola, também é contrapartida ou mitigação do loteamento, a alteração para esta escola,
434 também já está sendo atendida a comunidade. Ou vocês acham que com tudo isso aqui,
435 alguém conhece isso aqui? Vocês acham que esse pessoal que vive dentro desse
436 condomínio fechado, onde tem tudo que tem aqui, tem aqui e muito melhor, mas vocês
437 acham que eles vão vir para praça pública? Então, essa praça é para eles. Agora, aí eu
438 vou pegar o pão e brioche, eles não querem brioche. Esse é o significado da coisa, eles
439 não tinham nem pão e ela olhou do alto da sua arrogância e disse: “Não tem pão coma
440 brioche!” Eles querem o pão, não querem brioche. Então, o que eu quero propor muito
441 objetivamente aqui? Uma resolução do CMDUA, talvez uma das únicas que a gente possa
442 ver. De todos os pleitos que tem aparecido aqui este é o que está mais prontamente na
443 nossa mão dar solução, dos últimos que tem vindo a comunidade aqui. Os outros são
444 muito difíceis, realmente, o máximo que nos cabe é solidarizarmos. Aqui é uma resolução,
445 isto aqui hoje, para ser praça tem que estar gravado com área verde. Certo? Então,
446 proposta: altera-se, desgrava-se área verde, grava-se aqui uma AEIS, tipo 2. Nós podemos
447 fazer uma resolução que encaminhe-se ao executivo e ele encaminha um projeto
448 encaminha o projeto de lei para a Câmara. AEIS tipo 02 para fins de regularização de
449 quem já está ali. Obviamente, nós não podemos prejudicar o gravame viário, a diretriz
450 viária, mas também tem pessoas morando ali. Essas pessoas também, não vamos nem
451 tanto ao céu, nem tanto à Terra, essas pessoas seriam realocados para essa área aqui.
452 Então, regularização e realocação. Certo? Dessas famílias para essa área aqui.
453 (Sinalização de tempo esgotado). Outro ponto da resolução: suspensão imediata da
454 reintegração de posse e com isso da remoção das famílias. (Manifestação fora do
455 microfone). É processo administrativo, meu amigo! É tudo processo administrativo, tudo
456 extrajudicial. Se o CMDUA aprovar uma resolução o executivo, entendo eu, deve cumprir.
457 E quanto a este gravame aqui, o executivo deve caminhar um projeto de lei para a
458 Câmara. A solução está na nossa mão, se não fizer vão explicar para eles porque não
459 estão fazendo. Obrigado. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
460 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro
461 Rafael. Muito bem desenha no quadro ali... Um Aparte para a Conselheira Claudete.
462 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
463 **CDH:** Art. 1º do nosso PPDUA, inciso 2º: “Promoção da qualidade de vida do ambiente,
464 reduzindo desigualdades e exclusão social”. Inciso 10º: “Regularização fundiária e
465 urbanização”. Combinado com o art. 38, inciso 4º, é da nossa competência dar
466 encaminhamento às demandas da sociedade trazidas pelas regiões de planejamento,
467 como foi trazido pela Conselheira Tânia. As questões administrativas podem ser resolvidas
468 a qualquer tempo, processo administrativo para regularização fundiária, em que pese seja
469 competência da CETARF, pode ser sim dado o *start* por essa competência da qual o
470 Secretário é Secretário da SMAMS. Então, ele dispõe sobre a praça e nós temos
471 competência sim para dar o encaminhamento. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente**
472 **e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem
473 dúvida, Conselheira. Eu pediria que formaliza uma solicitação para a gente startar, que a
474 gente colocasse em votação a Proposta, não sei se de alteração da resolução, do traçado.
475 Eu recebi aqui uma solicitação da Conselheira Tânia. A gente vota aqui no conselho o
476 encaminhamento para os órgãos competentes, naturalmente, tem que votar antes de
477 encaminhar. Se tem alguma outra proposição de startar um processo talvez...
478 (Manifestação fora do microfone). Naturalmente, a gente não aqui como produzir um
479 documento na hora. Eu sugiro que a comunidade, a senhor como representante do



480 Acesso, que talvez formule, inicie esse processo e a gente delibera aqui no Conselho. A
481 gente se delibera aqui no Conselho e podemos dar os encaminhamentos. **Claudete Aires**
482 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O legalismo a
483 gente usa e o formalismo quando a gente não quer fazer o encaminhamento que dê um
484 resultado que a gente está tentando, que é assegurar o direito dessas famílias que têm
485 direito lá garantido. Se não legalmente, já garantido, na verdade, de fato. O direito
486 subjetivo deles. E isso é da nossa competência. Quantas diligências nós fizemos aqui no
487 CMDUA e que tiramos o encaminhamento para ir para outros órgãos sem ter nada
488 formalizado e por escrito? Se é o pedido por escrito, vamos fazer um agora, eu faço o
489 pedido por escrito agora. Se é o pedido eu faço a solicitação agora. Se é isso que falta
490 para nós votarmos aqui hoje e fazermos o encaminhamento. **Germano Bremm,**
491 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
492 Conselheira, a gente pode ficar aqui discutindo, não tenho problema. Eu não me refiro á
493 diligências, isso pode ser solicitado a partir desse ofício aqui, a gente encaminha para a
494 Procuradoria, enfim, todos os órgãos competentes que estão tratando do processo judicial,
495 da remoção, enfim, onde teve a decisão. E nós, enquanto órgãos do meio ambiente
496 fizemos a nossa reflexão, até tomamos conhecimento. Certamente, este é um
497 encaminhamento bastante antigo, porque agora se resultou em um processo judicial, que
498 certamente foi protocolado há algum tempo atrás para ter a decisão neste momento. Pelo
499 histórico, eu me lembro, esta situação já é bastante antiga. Inclusive, esse loteamento,
500 enfim, o empreendimento já está lá há bastante tempo. Não há problema de
501 encaminharmos este protocolo aqui, eu estou pensando em outro formato de
502 conhecimento. Não sei o que a senhora sugere. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
503 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Fazermos a votação neste ato dos
504 encaminhamentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
505 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, sem dúvida, vamos votar. **Claudete**
506 **Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não
507 este, vamos fazer os encaminhamentos. Se é necessário nós escrevemos a resolução
508 neste momento. Não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
509 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Iniciar o processo para
510 diligenciar junto à secretaria, promover... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
511 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não. A competência do CMDUA é fazer
512 desgravames de áreas, nós estamos fazendo uma proposição de desgravame de área de
513 praça. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
514 **Sustentabilidade - SMAMS:** Naturalmente, tem que ser avaliado do aspecto técnico, se
515 há possibilidade, o território de construção da cidade deve ser avaliado pelo corpo técnico.
516 O Conselho tem competência para iniciar... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
517 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nós aprovamos e encaminhamos para
518 diligência da PGM. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
519 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. **Claudete Aires Simas (Titular),**
520 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É a abertura do processo
521 administrativo... (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e**
522 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
523 Naturalmente, é uma questão judicial, este Conselho não tem competência em suspender
524 um processo judicial, a determinação é em juízo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
525 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria sugerir que este Conselho
526 encaminhasse e votasse o pedido de suspensão imediata do desfecho, tendo em vista que
527 há vários... (Falas concomitantes). Calma, deixa eu terminar! Pô, assim não dá! Eu



528 respeito todo mundo falando, aí quando eu falo me interrompem! E o senhor é do OP, o
529 senhor tem que defender a comunidade e muitas vezes não defende a comunidade!
530 (Manifestação fora do microfone). Não é demagogia! Eu também não. Inclusive, a tua área
531 não está regularizada até hoje. Secretário Presidente do CMDUA, eu quero que o senhor
532 me garanta a palavra. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
533 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vai lá, conselheiro, use o seu tempo.
534 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
535 Nós podemos votar pela suspensão imediata do despejo, o Conselho Municipal de
536 Desenvolvimento Urbano resolve requerer a suspensão imediata do despejo, porque é
537 feito pela Prefeitura e a Prefeitura tem todo o aparato para não fazer este despejo. Basta
538 entrar com uma petição em juízo e suspende. Qual é o imediatismo? Qual a necessidade
539 de tirar? Não há nenhuma necessidade imediata para construir uma praça, já tendo uma
540 praça. Foi aplicada verba pública, as pessoas construíram aquela região ali, valorizaram
541 aquele espaço. Então, o primeiro respeito á comunidade é suspender o despejo imediato,
542 isto a Prefeitura pode fazer através da PGM, basta uma decisão política. Então, eu quero
543 requerer a este Conselho que primeiro vote pela suspensão do despejo imediato.
544 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da
545 Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu acho que está muito bem articulado aqui o
546 documento da Tânia, que traz argumentos jurídicos bastantes consolidados, inclusive,
547 alternativas de solução da questão da regularização fundiária, da legislação, faz referência
548 ao processo, é um documento bem articulado. Eu sugiro que este documento norteie
549 qualquer encaminhamento para os demais órgãos do município, porque está bastante
550 claro, bastante elucidativo. Quanto ao pedido de suspensão, não vislumbro competência
551 dentro daquele rol que a gente tem no Plano Diretor, de competências do CMDUA. A gente
552 pode talvez fazer um manifesto, imagino um documento que dê origem, que consigne a
553 resignação deste Conselho. Isto a gente pode votar, mas eu imagino que fosse ideal a
554 gente votar este documento aqui que já tem a informação organizada e consolidada.
555 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
556 Secretário, eu não vejo nenhum problema de aprovar esse documento aí, não tem
557 problema, mas é necessária essa suspensão, porque está marcada para o dia 10. Certo?
558 Então, é necessário suspender. E hoje eles tiveram reunião em várias comissões da
559 Câmara. Então, é necessário articular todo um cuidado, talvez necessário um projeto de
560 lei. Há uma série de coisas que tem que ser, o despejo está marcado para o dia 10, está
561 preparado. Então, eu acho que a gente pode agregar a este pedido a suspensão do
562 despejo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -
563 ACESSO CDH:** Secretário, seja o nome que o Secretário queira consignar, seja
564 manifestação, seja a moção de apoio, seja pedido. Na verdade, o objetivo é: o Conselho
565 tem a autonomia e independência para fazer encaminhamento daquilo que é trazido por
566 suas regiões. E, nesse sentido, o Conselho tem autonomia o suficiente para dizer sim, este
567 Conselho concorda que esse processo movido pela Prefeitura seja suspenso? Sim ou não,
568 é isso que nós queremos ouvir dos conselheiros aqui presentes. **Rafael Pavan dos
569 Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Secretário, o que eu
570 aponte aqui é uma análise que demonstra que a área é provida de área de lazer, de forma
571 que me parece que atende a demanda da população. Por outro lado, temos um problema
572 de eminente ameaça de remoção e se essa remoção vier a cabo, isto tudo que nós
573 podemos resolver aqui, em termos do que estamos propondo aqui, que é algo da nossa
574 alçada, o desgravame de uma área verde para gravar como AEIS 2, frente ao que a
575 eminente reintegração de posse e remoção dessas famílias. Se essas famílias forem



576 removidas perdemos o objeto da coisa e eles perdem a moradia. Então, é óbvio, eu não
577 discordo que não é de nossa competência decidir pela suspensão da reintegração, mas
578 tendo em vista o que é da nossa competência que nós estamos propondo, e aí é de plena
579 competência, propondo o desgravame da área verde e o gravame da AEIS nós
580 recomendamos. Esse seria o ponto: recomendamos que o CMDUA está apontando para a
581 mudança do uso da área. Mais claro impossível, nós estamos tomando decisão do
582 tamanho que nos cabe, daquilo que nos compete, mas pedindo aquilo que não nos
583 compete diretamente, mas que afeta a nossa decisão diretamente. **Germano Bremm,**
584 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
585 Perfeito. Eu acredito que a gente acrescenta. Aqui a Conselheira Tânia faz um relato da
586 situação, faz referência ao histórico, no final ela faz algumas conclusões. Eu faço a leitura
587 e ao fim a gente acrescenta a recomendação pela suspensão, aí colocamos em votação,
588 naturalmente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado**
589 **do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para embasar. O Plano Diretor no art. 39: “o órgão
590 de integração do sistema municipal de gestão e planejamento é o Conselho do Plano
591 Diretor, que tem por finalidade formular políticas, planos, programas, projetos de
592 desenvolvimento urbano ao qual compete”. Aí vem uma lista. E no Inciso 4º diz: “Receber e
593 encaminhar para discussão matérias oriundas de setores da sociedade que sejam de
594 interesse coletivo”; ou seja, estamos encaminhando para discussão. **Germano Bremm,**
595 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
596 Perfeito, esse é o artigo que embasa o encaminhamento. Então, eu vou fazer a leitura,
597 talvez nem todos tenham tomado conhecimento do documento, mas só nas conclusões,
598 ele é bem articulado: “Para tal solicitamos que o recebimento do processamento
599 administrativo desse requerimento, a expedição de ato administrativo, declarando a
600 Comunidade Vila Matos Sampaio como Núcleo Informal Urbano, ocupado
601 predominantemente por população de baixa renda, nos termos do art. 13, inciso 1º, da Lei
602 nº 13.465/2017. Que seja o presente requerimento enquadrado na modalidade pretendida
603 REURBs, vez que predomina a área posseiros de baixa renda, nos termos do art. 13,
604 inciso 1, da Lei nº 13.465/2017. Que seja promovida a regularização do Núcleo Urbano
605 Informal, mediante a instalação de processo administrativo nos termos dos artigos 30 e 31,
606 da Lei nº 13.465. Que seja oportunizada vista aos moradores com máxima urgência de
607 vista e cópia do expediente ‘tal e tal’. Que seja instaurada a instância de conciliação nos
608 termos do art. 34 da Lei nº 13.465, devendo ser oficiado ao juízo competente processo
609 judicial que tramita na 7ª Vara da Fazenda Pública. Sendo o que temos para o momento
610 esperamos e pedimos deferimento, deste já nos colocando à disposição para
611 esclarecimentos”. Então, a gente acrescenta uma alínea h, orientando ou recomendando a
612 suspensão do processo e que se inicie a revisão por meio de resolução do gravame.
613 Podemos colocar em votação? Favoráveis a esse encaminhamento, por favor, votos
614 favoráveis: (Contagem de votos = 23 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00
615 votos). (Aplausos). **APROVADO O ENCAMINHAMENTO.** Muito bem, será encaminhado,
616 acrescenta a alínea e a gente encaminha. Na sequência da pauta vamos encaminhar a
617 apresentação dos relatos, como a gente tem um tempo já significativo. (Manifestação fora
618 do microfone). Eu pediria para não atrapalhar a sequência, que a gente continuasse um
619 pouco e o senhor fica à vontade também, senão a gente interrompe, enfim, tem que dar
620 continuidade aqui nos trabalhos. A gente tem um relato do Conselheiro Paulo Jorge, o Item
621 4.03 da pauta. Conselheiro Paulo Jorge eu vou lhe dar a palavra para eu atender ao
622 telefone aqui. **4. ORDEM DO DIA. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**
623 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pessoal, esse processo aqui é do



624 Condomínio Iguatemi Corporate, Processo 002.249541004, Rua Nilo Peçanha, 2811 e
625 2825, Chácara das Pedras, para EVU de edificação. Protocolo no dia 22/03/2019. Ela vai
626 colocar no quadro o mapa, ou seja, eu vou fazer um relato aqui, porque era da CAUGE,
627 que passou e eu sou o relator. (Leitura de histórico e parecer inserido ao processo).
628 Pessoal, eu estive lá olhando, já está instalado o heliponto, está lá o espaço lá em cima.
629 Todas as secretarias deram parecer favorável, não tenho como constatar algum erro e eu
630 sou a favor que todos os empreendimentos de Porto Alegre tenham um heliponto. Acho
631 que é preciso os hospitais terem, porque tanto os hospitais Mãe de Deus, como qualquer
632 hospital que precise fazer um transplante de coração, tem que ter isso aí, porque de
633 repente morre um cara em Pelotas, é uma doação, para chegar no hospital que tem que
634 chegar de carro. Não, tem que ter isso em Porto Alegre, é uma capital, precisa ter. É
635 importante, porque são poucos que tem, deveria ter uns 50 aqui dentro. O meu parecer,
636 após ver todos os processos, os técnicos, não tenho nada a opor, até porque já está
637 pronto o espaço, por isso sou a favor do EVU. Está lá o mapa, eu fui lá, olhei, analisei. O
638 nosso conselheiro da Região 02 também não vai pedir vista. **Germano Bremm,**
639 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
640 Então, algum pedido de vista? A Região 06 pede vista. Então, ao relato da Conselheira
641 Gisele, **ITEM 4.07. EXPEDIENTE: 16.14.00005064**, gravame de traçado viário e
642 cadastramento de logradouro. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretária Municipal**
643 **de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite, conselheiros. Eu vou fazer o relato
644 sobre o pedido de gravame e cadastramento do Beco 11 na Avenida Juca Batista. Então, é
645 um loteamento irregular, que teve origem em 2002 e tem uma área de aproximadamente 1
646 hectare. É irregular porque não foi localizada a matrícula e o acesso até esse loteamento é
647 através de uma servidão gravada na matrícula da área lindeira. Quando o loteamento foi
648 feito de forma irregular não houve a doação de áreas de destinação pública, enfim. E o
649 responsável na época a única coisa que podia fazer era entrar com processo de
650 usucapião, mas que foi julgado improcedente. Com isso a prefeitura entrou com ação civil
651 pública contra esse loteador para que regularizasse a situação. Ele disse que não ia
652 conseguir; mas, de qualquer forma, a população continuou residindo ali e tem uma
653 associação de moradores, porém eles estão ali residindo de forma muito precária, por
654 causa dessa rua ser considerada um logradouro público. As redes de água e luz chegam
655 de forma precária, através de “gatos”, enfim, é um problema bem ruim para essas
656 pessoas. Como a pessoa que é dona da matrícula por onde está gravada a servidão que
657 dá acesso não se opôs, essa servidão está dentro de uma área particular, e esta pessoa
658 deu anuência e cedeu essa via para utilizar como acesso ao loteamento. Há também a
659 questão que essa via cruza uma APP, mas por ser de interesse público esse acesso, e
660 muito necessário, a própria PGM fez um parecer que foi aceito pela SMAMS. Então, a
661 SMDE não vê óbice ao cadastramento desse beco frente a essas questões que eu
662 coloquei. Eu coloquei no relato, o meu colega Luciano também, que trabalha com a
663 regularização, a situação fática a partir da Juca Batista, como é que eles têm que chegar
664 as casas cruzando essa APP e passando por dentro da propriedade. Então, vai ser feito
665 dessa forma o gravame da via. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
666 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira
667 Gisele. Algum pedido de vista? Conselheiro Paulo Jorge, Conselheira da Claudete,
668 Conselheiro Gomes da Região 06. Mais algum esclarecimento? Não havendo mais
669 processos na pauta e sendo postergado bastante o início do processo da apresentação do
670 Plano Diretor, a gente encaminha para a próxima agenda. Vamos tentar priorizar na
671 próxima agenda, conselheiros. Eu peço a compreensão da gente fazer essa discussão,



672 porque a gente sabe que tem bastantes processos sempre na pauta e dentre outras
673 situações que surgem no decorrer do dia a dia, mas que a gente consiga priorizar e
674 promove o debate do Plano Diretor com vocês, que é muito importante. **Darci Barnech**
675 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
676 **ABES/RS:** O processo do Professor Gaúcho foi retirado, qual a situação dele tendo em
677 vista que foi aprovado na Câmara? **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:**
678 O Conselheiro Gomes entregou o processo ontem, ele está disposição aqui secretaria para
679 quem tiver interesse. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**
680 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas a questão é que ele foi aprovado na
681 Câmara. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente**
682 **e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nada impede a tramitação. Esse EVU do Professor
683 Gaúcho é o EVU do Clube do Professor Gaúcho. Não tem nada a ver. A questão é o EVU
684 do Clube do Professor Gaúcho precisa ter o próprio enquadramento dele no Plano Diretor.
685 Ele está sendo todo regularizado, é uma regularização das atividades que existem. O que
686 acontece? Como acontece com qualquer outro clube, ele estava incidindo por traçado
687 viário projetado, dois traçados, um que cortava ele no meio, que eu acho que seria o
688 problema. Até conversei com a comunidade hoje no começo da tarde, é um do fundo, que
689 para nós seria o problema, porque ele já era uma contrapartida de execução ali do Zaffari,
690 para poder melhorar a questão viária, mas é uma coisa muito antiga. Eu não sei como vai
691 ficar essa situação, mas aquela parte do fundo não atinge nada que tenha relação a este
692 EVU. O que atingiria é uma biblioteca pequenininha que tem ali no meio, só que a gente
693 autorizou ela acontecer, ela não foi impedida de ser regularizada. (Manifestação fora do
694 microfone). Não tem problema, porque aí se o Conselho entender que não tem que ter
695 aquela rua, ela é um gravame. Então, a gente pode muito bem no parecer do EVU fazer
696 uma retificação e dizer que aquela via se considera viável ou não. Não foi sancionado
697 ainda. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
698 **RGP. 1:** Secretário, eu tive vista e me lembrou um pouco o que aconteceu no
699 Internacional. Tem o parecer da CAUGE, mas mais uma vez a PGM não se manifesta no
700 processo. Então, eu quero requerer diligência para que seja encaminhado a PGM para
701 análise da questão da lei que foi aprovada na Câmara, que ela tirou os gravames, por
702 unanimidade na Câmara de Vereadores. Eu quero saber qual o impacto, porque aí está
703 desgravada a área. Segundo foi narrado pelo João Bosco Vaz, o Vasco João Bosco Vaz
704 teve o cuidado de requerer a Maiojama, se ela tinha interesse na rua. Pasmem, a
705 Maiojama respondeu que não tem nenhum interesse, através do e-mail. Então, não há
706 nenhum objetivo nessa rua. Foi muito bem claro ontem e aprovado por unanimidade,
707 inclusive, o governo votou. Então, 34 vereadores votaram a favor. Então, eu queria que
708 fosse encaminhada à PGM e fosse solicitado também o projeto de lei que foi aprovado
709 ontem na Câmara e que vai à sanção do prefeito. Era isso e obrigado. **Luiz Antônio**
710 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Assim,
711 eu tinha feito uma análise do processo no fim de semana, estava com a expectativa da
712 votação na Câmara. Então, só para recapitular um pouquinho, o EVU promovido e
713 provocado pelo Clube do Professor Gaúcho, ele tinha a finalidade de trabalhar a questão
714 de viabilidade de edificações que estavam lá e atividade. Aí é forte a manifestação dentro
715 do processo e foi forte a manifestação aqui no Conselho pelo arquiteto Patrick, da questão
716 que eu chamo de vascularidade urbana, em que o EVU não contemplava a eliminação das
717 diretrizes. Houve uma acomodação legal, evidentemente, da atividade principalmente da
718 edificação da biblioteca, em que ficaria sobre o leito projetado da diretriz. E baseado no art.
719 122 ela ali se manteria. Se em algum momento, e isso é o que ocorre, fosse uma



720 necessidade urbana pelo interesse público e tal de abrir a diretriz, seria aberto e teria que
721 ser desmanchado e tal, demolida a biblioteca. É assim que se procede. Bom, a outra rua,
722 essa rua que nós estamos falando, essa diretriz é no meio do terreno, o terreno tem mais
723 ou menos 500 metros de profundidade. Então, essa diretriz está mais ou menos há 250 a
724 260 metros. E a outra diretriz está mais para o final, está lá pelos 450 metros. E aí eu
725 chamo atenção para o seguinte: nós temos 500 metros do terreno do Clube do Professor
726 Gaúcho, mais o restante, que vai até o Zaffari da Juca Batista. Independente das paixões e
727 dos amores que a gente tem pelo Clube do Professor Gaúcho, pela justeza de quem acha
728 isso do projeto que foi aprovado por unanimidade, em uma articulação muito bem feita,
729 com certeza pelas graças do Clube do Professor Gaúcho e não pelas graças do benefício
730 da cidade, foi aprovada dessa maneira e eu acho que a cidade perde muito para aquilo ali.
731 E aí nós entramos naquela nossa zona de conflito com a Câmara de Vereadores, ela se
732 faz presente novamente aqui. Um projeto que eu chamo de oportunista, em que olha muito
733 mais para o pelo interesse particular de uma comunidade e não pela cidade, porque quem
734 olha o mapa vê a barreira que se representa hoje do jeito que está configurado. O Clube
735 do Professor Gaúcho, mais os terrenos têm adiante, até a Juca Barreto, barrou totalmente.
736 Quem conhece ali a zona sul, essa parte de Ipanema sabe, se tu estás na Juca tu sais da
737 Juca até a beira do Guaíba lá sem ter a opção de fazer essa ligação com o outro lado e tal.
738 Evidentemente, sem uma resposta melhor a gente tem que respeitar isso aí, até porque
739 não dá para fazer outra coisa, a não ser fazer o protesto. Se for fazer uma articulação e é o
740 que eu ia propor aqui no meu voto, que ficou desnecessário agora, eu ia propor que se
741 abrisse a última diretrizes e até se eliminasse a biblioteca, que está no meio do terreno. Aí
742 você contemplava em partes aquela situação urbana colocada ali. É uma coisa razoável,
743 nós faríamos um trabalho bem razoável, porque aquela outra diretriz que está no fundo do
744 terreno não é prejudicial ao empreendimento, ao clube, à atividade objetiva de clube.
745 Haveria alguma perda? Haveria alguma perda sim, mas não uma descaracterização, que
746 era a grande preocupação do Clube do Professor Gaúcho, que era caracterizar
747 completamente o clube, desarticular se tivesse uma diretriz bem no meio. Então, a minha
748 sugestão, mas eu fui convencido que eu não preciso fazer, eu escrevi sobre isso, era pedir
749 uma diligência à CAUGE, mandando o processo de volta para a CAUGE, para colocar à
750 disposição do Clube do Professor Gaúcho, se quisesse ou não já incluir esse novo
751 benefício de não ter mais as diretrizes assim que for homologado pelo prefeito. A Patrícia
752 me convenceu que não há necessidade disso, que nós mesmos no parecer aqui pode já
753 fazer essa observação, que está completamente livre do art. 122, na questão da
754 regularização para o uso da edificação chamado biblioteca. Então, Presidente, fica a minha
755 crítica em relação à questão de articulação urbana que realmente faz parte das nossas
756 competências aqui. E vamos tocando em frente, talvez no próximo Plano Diretor a gente
757 possa discutir melhor a nossa revisão, como que se articula a questão com a Câmara de
758 Vereadores, com o poder legítimo, que é o poder legislativo. Obrigado. **Germano Bremm,**
759 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
760 Sem dúvida, Conselheiro, do ponto de vista legal e de fato as alterações de traçado se dão
761 por meio de resolução deste Conselho a partir de uma análise técnica da construção do
762 território da cidade, dos quarteirões, enfim, em vindo isso da Câmara sem a gente fazer
763 essa análise técnica, pode comprometer, enfim, pode ser positivo como pode não ser, a
764 gente não tem como saber, porque não foi feita a análise técnica correspondente. Bem
765 lembra a Conselheira Patrícia que em havendo a sansão, a vigência da lei aprovada em
766 nada impede ou prejudica a aprovação da regularização do estudo de viabilidade
767 urbanística que aqui está presente, porque o clube não teve nenhum prejuízo, vamos dizer



768 assim, para fins de aprovação da regularização, não foi impedido de ser regularizar. Então,
769 com a aprovação da lei, a sanção, se retira esse gravame e permanece o clube lá, o
770 município, enfim, tem aprovado o estudo. Então, nada impede a aprovação da
771 regularização. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da**
772 **Construção Civil – SINDUSCON:** Só para complementar. Boa noite a todos. Só para
773 complementar o que falou o Conselheiro Chico, na verdade, eu como arquiteto, como falou
774 o Rafael, às vezes a gente tem que olhar um pouco nessa parte do urbanismo e me
775 incomoda um pouco quando a gente olha um pedacinho do terreno como se fosse um
776 remedinho e não olha com um foco um pouco maior a questão mais urbana. Acho que foi
777 o Felisberto que falou, que foram consultar o Vereador João Bosco lá, para o João Bosco
778 perguntar para o vizinho se o vizinho tinha interesse ou não em abrir a rua. Bah, fiquei com
779 vergonha aqui, porque para mim quem tem que fazer esse trabalho é o planejamento
780 urbano da Prefeitura, que tem que dizer – Vamos chamar as pessoas envolvidas, vamos
781 ver se tem um loteamento ali do lado que tenha que doar uma área de escola, por
782 exemplo, de clube, alguma coisa, encosta no lado do clube, deixa abrir a rua ou faz uma
783 permuta, alguma coisa. Então, acho que falta muito na nossa cidade, um pouco mais de
784 planejamento urbano e não ficar decidindo as coisas em conta-gotas. Eu acho que agora,
785 no próximo Plano Diretor, tentar ver de que forma a gente pode resolver as coisas,
786 urbanisticamente falando, e não fica uma coisa, como diz o Gomes, que pode ser de
787 interesse da cidade que vá a rua chegar até lá, aí a Câmara vai lá – Ah, beleza vamos
788 ajudar os professores. Fica uma coisa esdrúxula, porque para mim vem primeiro o
789 planejamento urbano, depois vem o resto, os interesses e tal das pessoas. era isso, muito
790 obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
791 **Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
792 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** APARTE. Assim, eu conheço a
793 região, frequentei muito aquele supermercado e quero dizer, assim, aquela região tem a
794 sua própria dinâmica. A gente tem que respeitar a dinâmica dos bairros, não a minha visão
795 de cidade. E quando aquele supermercado foi se instalar lá o Professor Gaúcho já existia.
796 E eu aí entro em uma questão técnica, se tu tem o mapa da cidade, olha o mapa da
797 cidade, veja o que está naquele espaço que vai te determinar uma diretriz. Entendeste? Se
798 já existe uma coisa – Ah, vou determinar ali! Aí vem um pretense interesse do coletivo. Pô,
799 mas conversaram com os professores? Em algum momento foram lá? Ontem eles
800 estavam em peso lá na Câmara e lamento eles não terem vindo aqui hoje. Lamento
801 profundamente eles não terem vindo aqui hoje, porque aí se ouviria um pouco a versão
802 deles. Não é a nossa versão, tem que ouvir as pessoas que são impactados pelas
803 decisões. Eu me lembro que tem outro Zaffari que foi instalado na Dorival, que impactou
804 na região e está lá, tem uma comunidade no fundo da Dorival que até hoje não pode ser
805 regularizada sobre a alegação que tem uma... Tenho que cuidar, porque às vezes eu, né...
806 Uma diretriz que vai passar em cima das casas das pessoas que estão lá desde 98 e a
807 diretriz é de 99. (Manifestação fora do microfone). Mas não querem, porque dizem que a
808 área é de alagamento. Só que não conhecem, vão lá e veem que não alaga, basta limpar o
809 arroio. Então, eu vejo assim, está no momento das pessoas, os técnicos, e me perdoe,
810 Patrícia, mas eu acho que os técnicos da Secretaria têm que pisar lá nas comunidades
811 para ver o que está acontecendo e não porque tem um mapa ou Google, que faz o
812 planejamento no Google. Eu acho que tem que fazer o planejamento, aí eu concordo com
813 o Dal Molin, conhecendo a realidade e vendo que a cidade se constitui. E eu defendo aqui
814 a questão identidade dos bairros. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando,
815 Secretário. Cada bairro tem a sua identidade e tem que consultar as comunidades. Eu



816 represento e muitas vezes somos surpreendidos por empreendimentos aqui na região sem
817 nos consultar, prédios espelhados, sem respeito ao pedestre, ruas que são feitas sem
818 consultar a comunidade, sem o respeito mínimo com quem faz a cidade. Na João Alfredo
819 agora puseram a cidade como a cidade mais estreita; mas qual é a discussão que teve no
820 fórum da região? Nenhum. Aí meia dúzia de uma ONG decide que ali vai ser uma rua,
821 porque está sendo paga pela Prefeitura. (Sinalização de tempo esgotado). Então, isso é
822 uma questão muito grave e a RGP. 01 vai reagir sempre a isso. Enquanto for do interesse
823 das comunidades nós vamos estar com a comunidade. Podem alguns aqui achar que é
824 demagogia, mas não é demagogia. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
825 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. O
826 Plano Diretor na escala de bairro, né, está aqui a Vaneska. A gente tem essa preocupação
827 de fazer essa análise na escala do bairro. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**
828 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu queria apontar algumas questões, parece
829 que o mais correto seria que este Conselho recomendasse ao Prefeito que vetasse esse
830 projeto de lei. Não estou defendendo a diretriz, necessariamente, mas estou garantido que
831 se, eventualmente... Porque a gente não sabe o que vai acontecer com aquela área do
832 fundo. Está até na justiça. Eventualmente, a Maiojama ia fazer o loteamento, aí, bom, essa
833 diretriz pelo aumento de população ali passa a ser mais necessária do que é hoje.
834 Eventualmente, pode se decidir ali, o que eu seria bastante favorável, que haja realmente
835 uma grande área de preservação, uma das poucas naquela região ainda, naquela parte,
836 não na região, mas naquela zona e fazer um parque. Nós não temos um parque na Zona
837 Sul expressivo como temos aqui, por exemplo, esse sistema que nós temos de redenção,
838 Parcão, Marinha do Brasil. Ele vetando o projeto de lei, obviamente, tem um custo político
839 com isso lá, com o pessoal do clube, mas seria o mais correto, até porque uma das
840 diretrizes é fundamental, que é a questão da relação ali do clube com desaforo o Zaffari.
841 Como eu conversei com a Patrícia agora, que não traz tanta impacto para o clube quanto
842 aquela que dilacera o terreno do clube no meio, mas que essa sim depende do que vai
843 acontecer depois, porque se não existe esse parque não faz sentido ter aquela diretriz
844 cruzando o clube, aí ela perde totalmente o sentido, mas se garante ao executivo que
845 possa executar a diretriz, caso seja necessário. E a lei sendo sancionada vai virar um
846 imbróglio jurídico. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
847 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Até porque há o vício de iniciativa,
848 é uma análise técnica do município para poder fazer a alteração de gravame, é por meio
849 de resolução, está previsto nos artigos do Plano Diretor. Então, certamente, o veto vai vir
850 nesse sentido, porque imagina se a gente deixa por projeto de lei se alterar todos os
851 tratados da cidade, daqui a pouco a gente tira a Borges daqui, enfim, a continuidade Poe
852 outro lugar e assim a gente vai construindo a cidade. O encaminhamento para orientação
853 de voto foi pela contrariedade, certamente vai vir o veto. Conselheiro Hermes, para
854 encerrar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
855 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Presidente. Eu queria só um esclarecimento.
856 Como este convite para participar de uma reunião no dia 11 é muito genérico, terá como
857 tema o Plano Diretor. Eu queria ver se tem mais algum esclarecimento, porque o Plano
858 Diretor é um mundo, porque fica muito difícil a gente participar representando entidades,
859 assim, a conta-gotas. A gente não tem um projeto global. Então, fica muito difícil a gente vir
860 aqui dar um palpite, quem vai avaliar se esse palpite ou essa sugestão, se esse
861 encaminhamento é viável ou não, se vai ficar registrado. Senão, para nós como
862 representante da entidade, eu acredito que outras entidades pensem semelhante, fica
863 muito difícil a gente participar sem um projeto, onde vai ficar registrado; senão é mais uma



864 reunião que se faz, fica uma ata e deu. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
865 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a
866 Conselheira Patrícia pode nos ajudar, mas é naquela tentativa da gente tentar ter uma
867 conversa, assim como se teve com os conselheiros dos fóruns, os representantes das
868 regiões. Foi muito positivo, onde a gente teve um diálogo mais aberto e pode debater todo
869 o processo de revisão do Plano Diretor. A nossa diretora convida para discutir também
870 com as entidades, assim como a gente está fazendo algumas visitas, conversando. De
871 fato, não é o processo das oficinas territoriais, onde está degravado, toda a organização
872 metodológica que é necessária para o Plano Diretor. É uma conversa de entendimento, de
873 ouvir, de aproximar, nesse sentido. Não sei se a Patrícia quer nos complementar antes da
874 gente encerrar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**
875 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Só a título de esclarecimento, a gente que
876 está fazendo temática separada, porque cada tipo de entidade, região, cada um tem as
877 suas demandas. Então, a gente fez uma primeira reunião com as regiões, semana que
878 vem vai ter outra com as regiões. Aí a gente resolveu também fazer com as identidades e
879 com as secretarias, que cada um tem seu tipo de demanda. E aí a gente está querendo
880 construir uma forma de como o Conselho pode participar de maneira bem atuante na
881 questão da revisão. Então, para a gente construir isso a gente precisa conversar, é isso
882 que a gente está buscando fazer. Essa é a intenção. A gente separou por entidades as
883 secretarias e as regiões, porque cada uma tem um tipo de demanda, ou tipo de problema,
884 nada impede que futuramente a gente faça outro tipo de reuniões, isso aí a gente vai
885 construindo em conjunto. A Proposta é a gente trabalhar junto, é para isso que a gente
886 está propondo essa reunião. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade**
887 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu queria falar sobre isso também. Eu me sinto
888 muito contemplada nesse convite, porque eu não tenho condições de dispor de outra
889 tarde. Eu não tenho condições de dispor de uma outra tarde para participar e eu gostaria
890 de participar. Então, eu acho que essa reunião devia estar contemplada aqui dentro do
891 Conselho. É muito difícil para mim pelo menos ter outra tarde para dispor. Provavelmente
892 esse não é o problema de todo mundo, mas é o meu. Então, eu gostaria de ver alguma
893 forma de contemplar isso, de forma coletiva e conveniente para todo mundo. **Germano**
894 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
895 **SMAMS:** Claro, sem dúvida. Tudo aquilo que é debatido internamente nessas reuniões
896 mais específicas a gente traz aqui para o Conselho. Hoje nós pretendíamos até fazer um
897 pouco da explicação, da metodologia, de como é que ia se dar, mas em função da
898 participação da comunidade e da antecipação do período de Comunicações, o debate, a
899 gente está concluindo nesse horário e não conseguiu fazer. Na semana que vem vamos
900 tentar priorizar, eu peço ajuda de vocês para a gente não inverter o período de
901 Comunicação, que a gente possa debater e entrar no processo de revisão do Plano
902 Diretor, que a gente tem que necessariamente a cada reunião trazer esse debate para ir
903 nivelando um pouco do conhecimento e ir aprimorando, conseguindo vencer essas pautas.
904 Obrigado, boa noite. Encerrado. **(Término às 20h00min).**

905

906

907

908

909



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

910

911

912 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

913 **Presidente**

Relatora

914

915 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**